



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 196/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

O **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO SUL – RS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 88.496.468/0001-60, com sede na Avenida Eduardo de Brito, 101 – Cento Administrativo, em Santa Bárbara do Sul, neste ato representado por seu Prefeito **MÁRIO ROBERTO UTZIG FILHO**, inscrito no CPF sob nº 468.022.150-04, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTE LTDA** inscrita no CNPJ nº 39.649.812/0001-06, com sede na Rua Comércio,s/nº , Bairro Centro, na Cidade de Panalto Alegrel, CEP: 89.882-000, com telefone para contato nº (49)3322-9671, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e contratado, com fundamento legal no Edital de licitação em epígrafe e com inteira sujeição a Lei Federal n. 8.666/93 e alterações para fornecimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, mediante cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR**, de acordo com as especificações detalhadas encontradas no termo de dispensa de licitação (termo de referência).

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Doce de Frutas Cremos	100 unid.	6,79	679,00
2	Doce de Leite em Pasta	100 unid.	6,79	679,00
3	Leite Pasteurizado Integral	3000 lts	4,84	14.520,00
4	Leite Sem Lactose	150 lts	9,78	1.467,00
5	Leite de Soja	140 lts	9,39	1.314,60
6	Macarrão com Ovos	300 pac	3,00	900,00
7	Macarrão com Ovos Parafuso	300 pac	2,93	879,00
TOTAL R\$				20.469,79

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de R\$ 20.469,79 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e nove mil e setenta e nove centavos), constante na ata de registro de preço 14/2022, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, incluindo todas as despesas definidas no Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente contrato correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
12 365 0022 2066	Manutenção da Merenda Escolar para Educação Infantil
12 361 0022 2104	Manutenção da Merenda Escolar para Educação Infantil
3390 30	Material de Consumo

Definida pela Unidade Gestora, sem prejuízo da possibilidade da emissão de reforços ou anulações, em razão da disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO, DO LOCAL E CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO

O pagamento será efetuado **até do 10º do mês subsequente ao da entrega dos produtos**, mediante emissão de nota fiscal e a aceitação do fiscal do contrato. As tarefas deverão ser praticadas de acordo com a necessidade da secretaria solicitante, todas as despesas de deslocamento por conta da contratada. Caso seja constatado que o objeto não corresponde em qualidade, descrição e especificação



ao estabelecido na licitação ou à quantidade solicitada, será exigido da CONTRATADA sua substituição ou rejeição, sem qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO

Fica designada como representante da Administração, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do caput do artigo 67 da Lei Federal 8.666/93 (Lei de Licitações), a Sra Odila Soares, podendo designar, desde que oficialmente, um representante a ser definido na secretaria, os quais atestarão nas notas fiscais a aceitabilidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência deste contrato será até o dia 31/12/2023 ou até a data do cumprimento integral do mesmo. Os preços que vigoram no contrato correspondem ao preço total por item constante da proposta financeira e constituem, a qualquer título, a única e completa remuneração pelas atividades efetuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O CONTRATANTE poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA. Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais as supressões e acréscimos que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 65, § 1º, da Lei Federal Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente. Será incorporada ao Contrato, mediante termo aditivo, qualquer modificação que venha a ser necessária, no seguinte caso: 1. Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com o art. 78 e 79, da Lei Federal nº 8.666/93. O Contrato será rescindido, de pleno direito, independente de Notificação ou interpelação Judicial ou Extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, no caso de falência ou liquidação da CONTRATADA. Após assinado o contrato, o mesmo será também automaticamente rescindido nos seguintes casos: Manifesta deficiência do fornecimento; Reiterada desobediência aos preceitos estabelecidos na legislação e no contrato; Falta grave à juízo da contratante, devidamente comprovada, após garantido o contraditório e a ampla defesa; Descumprimento do prazo para entrega dos produtos; Descumprimento pela contratada, das penalidades impostas pela contratante; Incidência nas demais hipóteses do art. 78º da Lei Federal nº 8.666/93. Declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no art. 79º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O Licitante vencedor estará sujeito a aplicação das seguintes sanções, a critério do Ordenador de Despesa, isoladamente ou conjuntamente, pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos: Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções: 1. Advertência; 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; 3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, independente da aplicação das sanções civis e penais cabíveis; As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso; Nenhum pagamento será efetuado pela Administração, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor, em virtude de penalidade ou, inadimplência contratual; Será facultado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Dos direitos:

- 1.1. Da contratante: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.
- 1.2. Da contratada: perceber o valor ajustado na forma convencionada.

2. Das obrigações:

- 2.1. Da contratante:
 - 2.1.1. Atestar nas notas fiscais/ fatura a efetiva entrega do objeto desta licitação;



- 2.1.2. Pagar o preço avençado mediante as condições estabelecidas no contrato;
- 2.2. Da contratada:
 - 2.2.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste Edital;
 - 2.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos ofertados;
 - 2.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
 - 2.2.4. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
 - 2.2.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contrato, conforme Art. 65º, § 1º, da Lei Federal Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem por fundamento legal a Pregão Eletrônico 20/2022, com inteira sujeição a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Bárbara do Sul para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E, por estarem, as partes justas e contratadas, assinam o documento em 04 (quatro) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Bárbara do Sul, RS, 30 de maio de 2023.

Mário Roberto Utzig Filho,
Prefeito,
Contratante.

MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E
TRANSPORTE LTDA
Representante legal,
Contratada.